



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - CRIMES CIBERNÉTICOS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1957/15	DATA: 06/10/2015	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 15h34min	TÉRMINO: 17h15min	PÁGINAS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
RONALDO LEMOS - ADVOGADO, PROFESSOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DO JANEIRO - UERJ E PESQUISADOR DO MIT MEDIA LAB. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA - SECRETÁRIO DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO — MCTI. CHARLENE NAGAE - DIRETORA JURÍDICA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INTERNET - ABRANET.

SUMÁRIO
Debate acerca de direitos individuais relacionados a privacidade, intimidade, honra e imagem, o chamado "direito de esquecimento", e do Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 2014.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Há um termo ininteligível.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Boa tarde.

Declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os crimes cibernéticos.

Encontra-se à disposição dos senhores membros a cópia da ata da 17ª Reunião, realizada no dia 1º de outubro.

Pergunto se há necessidade de leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO - Peço a dispensa.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Peço a dispensa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Fica dispensada a leitura da ata a pedido dos Deputados Delegado Éder, Sandro Alex e Odelmo Leão.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a ata permaneçam como estão.
(Pausa.)

Aprovada.

Ordem do Dia: audiência pública. A reunião de hoje tem como tema os direitos individuais relacionados à privacidade, à intimidade, à honra e à imagem, o chamado “direito de esquecimento”. Trataremos ainda do Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 2014.

A audiência foi proposta no Requerimento nº 58, de 2015, de iniciativa do Deputado Odelmo Leão, e no Requerimento nº 43, de 2015, de autoria do Deputado Juscelino Filho.

Comunico que a CPI fez, na manhã de ontem, segunda-feira, uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, atendendo ao requerimento do Deputado Rafael Motta. A CPI ouviu o relato das autoridades locais sobre a realidade do combate à exploração de crianças e adolescentes no Estado.

Gostaria de convidar para compor a Mesa...

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Sim, Deputado Sandro?

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Eu só gostaria, antes de iniciarmos a nossa audiência pública, de pedir um esclarecimento de V.Exa. — é até uma



questão de ordem. Nós teremos na quinta-feira a próxima audiência pública, com a presença do Ministro. É isso?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Isso. Teremos a audiência com a presença do Ministro Edinho Silva, como também, conforme o outro requerimento aprovado da autoria de V.Exa., do Presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária — CONAR e, acredito, dos representantes...

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Das agências de propaganda e anunciantes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Isso.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Pois não. Eu gostaria de pedir a V.Exa. que nós pudéssemos ouvir o Presidente do CONAR, cuja convocação já foi aprovada nesta Comissão, em uma nova audiência. Nesta quinta, com a presença do Ministro Edinho e dos representantes das associações das agências e dos anunciantes, pergunto a V.Exa. se é possível marcarmos a audiência do Presidente do CONAR para uma nova data.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Sim, claro. Está acatado o pedido.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Nós marcamos uma nova data. No pedido de convocação nós podemos ver a data mais oportuna para que eles possam estar presentes aqui.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - E até convido a todos: nós teremos, então, a presença do Ministro, na quinta-feira...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - O Ministro Edinho estará aqui na quinta-feira, às 9h30min.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - ...às 9h30min. Será uma audiência importante. Nós vamos tratar da publicidade no tema de cibercrimes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Para compor a Mesa, gostaria de convidar o Prof. Ronaldo Lemos, advogado e titular da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *(Pausa.)*



Gostaria de convidar também para compor a Mesa o Sr. Virgílio Almeida, Secretário de Política de Informática — SEPIN do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *(Pausa.)*

Convido ainda a Sra. Charlene Nagae, Diretora Jurídica e Advogada da Associação Brasileira de Internet — ABRANET. *(Pausa.)*

Esta audiência é consequência da aprovação dos Requerimentos nºs 43 e 58, de 2015, respectivamente, de autoria dos Deputados Juscelino Filho e Odelmo Leão.

Cada um dos participantes disporá de 15 minutos para a exposição. Após as apresentações, será passada a palavra aos Relatores, aos Sub-Relatores, aos autores dos requerimentos e a todos os demais inscritos. Os convidados respondem às indagações. Em seguida, respeitada a lista de inscrições, os senhores membros poderão interperlar os convidados por até 5 minutos.

Feitos esses esclarecimentos, vamos iniciar a audiência.

Concedo a palavra ao Sr. Ronaldo Lemos, advogado e professor da Faculdade de Direito da UERJ.

O SR. RONALDO LEMOS - Boa tarde!

Deputada Mariana, é uma satisfação muito grande estar aqui. Gostaria de parabenizá-la pela presidência dos trabalhos. Eu venho acompanhando à distância o seu trabalho e eu gostaria de dar os parabéns pela seriedade com que esta CPI vem sendo conduzida.

Gostaria também de agradecer ao Deputado Odelmo Leão, que é meu conterrâneo, do Triângulo Mineiro. Estou aqui, em certa medida, para representar a força do Triângulo. Sou natural da cidade de Araguari, de Minas Gerais, uma das três cidades com “b” do Triângulo Mineiro: “Beraba”, “Berlândia” e a beleza de Araguari, que é uma lindíssima cidade. Eu tenho muitas saudades de lá e gosto muito daquela região.

Dito isso, eu gostaria de dar início à minha colaboração e também de manifestar a minha satisfação em dividir a Mesa com a Dra. Charlene e com Virgílio Almeida, que tão bem tem representado o Brasil em diversos fóruns internacionais com relação à questão da Internet e da governança da rede.



A minha contribuição para a CPI é mais estrutural. Quero falar de alguns aspectos mais macros antes de entrar no aspecto mais específico da questão da guarda dos *logs* e da retenção de dados.

O que gostaria de começar por dizer — e daria para dividir a minha apresentação — em duas partes: a primeira diz respeito do potencial do que está sendo discutido aqui nesta CPI, nestes trabalhos, que é o potencial que a Internet tem de fomentar o desenvolvimento econômico e social e como é que esses trabalhos estão vinculados a essa questão. A segunda é a questão da persecução dos crimes e do combate aos ilícitos que acontecem na rede.

O primeiro ponto é que a Internet não se regula em tiras. Até faço referência a uma frase do meu ex-professor Prof. Eros Grau, que foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, que sempre dizia sobre a interpretação constitucional que “*o Direito não se interpreta em tiras*”. A mesma coisa acontece com a Internet. Não se regulamentam os crimes cibernéticos sem que haja impacto em várias outras áreas: sem impacto na questão do empreendedorismo, sem impacto na questão dos direitos humanos, sem impacto na questão da infraestrutura das nossas cidades.

Não dá para tratar a Internet em parcelas, em pedaços. Qualquer decisão sobre a rede tem um impacto geral sobre todo o ecossistema de infraestrutura do acesso à informação. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: a força, por exemplo, de um país como os Estados Unidos com relação à Internet é justamente porque eles entenderam que para tratar da Internet é preciso de um esforço que vai além da questão da lei. Você precisa, nesse esforço, trazer a academia, a comunidade científica, o setor privado, a lei, as instituições de um determinado país, o governo, e aí há efetividade. A força que os Estados Unidos exercem na Internet mundial de hoje é derivada dessa percepção de que é preciso tratar desse assunto de forma sistêmica.

Acho que esse modelo que o uso americano exemplifica de forma muito clara é um modelo para a gente tratar também da questão da repressão aos crimes cibernéticos. Não se reprimem crimes cibernéticos apenas mudando a lei. A gente sabe que a Internet traz desafios de efetividade com relação à lei. Para reprimir os crimes cibernéticos, é preciso tratar de questões com o setor privado, com a



comunidade científica, com o terceiro setor, com as instituições e, obviamente, com a lei. Então, a lei é apenas um dos componentes para se dar essa efetividade.

Outro ponto é que o Brasil avançou enormemente com a aprovação do Marco Civil da Internet, que é uma lei que foi discutida por 7 anos. Estive na discussão desde o primeiro dia em que ela começou a acontecer no Brasil, que foi no dia 21 de maio de 2007. Eu estava presente desde o início. Eu passei 7 anos da minha vida batalhando, articulando e estudando para contribuir para a formulação do Marco Civil da Internet.

A beleza do Marco Civil é que nenhum setor da sociedade ganhou. Nenhum setor da sociedade pode dizer que foi privilegiado, que foi atendido ou que foi o vencedor do processo do Marco Civil da Internet. A beleza do Marco Civil é que a legislação atingiu um equilíbrio. Ele permitiu, ao mesmo tempo, que diversos setores da sociedade fosse atendidos, mas nenhum deles atendidos na extensão total das suas demandas. Por quê? Porque foi preciso fazer uma composição, um ajuste dos diversos interesses. E o Marco Civil, ao tratar disso, conseguiu um sistema equilibrado de interesses que avançou muito a legislação no Brasil, não só nacionalmente — e o Prof. Virgílio Almeida, que está do meu lado, pode ser testemunha disso —, mas também internacionalmente. O Marco Civil da Internet é hoje visto como exemplo legislativo no mundo inteiro, em que o Brasil dá exemplo de prática governamental bem-sucedida. Quem está dizendo isso sou não apenas eu, mas também o criador da Internet, o criador da World Wide Web, a chamada *web*, Sir Tim Berners-Lee. Ele é *sir* porque foi condecorado pela Rainha da Inglaterra com o título de Cavaleiro, justamente por ter inventado algo que mudou a vida de todos os que estamos nesta sala. E Sir Tim Berners-Lee, no dia seguinte da aprovação do Marco Civil por esta Casa, disse as seguintes palavras: “*O Marco Civil é um excelente exemplo de como governos de todo o mundo podem ter um papel positivo para avançar os direitos na ‘web’ e manter a Internet aberta*”. Então, nós brasileiros recebemos os parabéns pela aprovação do Marco Civil.

Outra coisa importante é que o Marco Civil conseguiu equilibrar dois pontos fundamentais: a coibição aos crimes e aos ilícitos na Internet com a questão da liberdade de expressão. Então, ele defende hoje um modelo em que a liberdade de expressão é prevacente, um princípio fundamental. No entanto, em contrapartida a



essa ampla liberdade, existe a necessidade, o dispositivo que faz com que sejam guardados os dados dos usuários da Internet e dos usuários dos serviços da Internet. O Marco Civil da Internet estabeleceu um equilíbrio entre essas duas coisas. Ao mesmo em que ele retira do Poder Executivo a possibilidade de interferir em conteúdos da rede, ele outorga essa possibilidade apenas ao Poder Judiciário. Isso é muito positivo, porque isso nos diferencia de países como a Arábia Saudita, a China, a Coreia do Norte, a Rússia e a Turquia, que vêm se caracterizando justamente por ampliar os poderes do Poder Executivo e dos seus órgãos para terem intervenções diretas na Internet.

Então, quanto mais o Poder Executivo for impedido e contrabalanceado do ponto de vista de agir sobre a rede, mais estaremos levando a sério o ideal do Estado Democrático de Direito e dos Direitos Fundamentais. Foi isso o que o Marco Civil fez: estabeleceu esse equilíbrio, outorgando apenas ao Judiciário essa decisão sobre intervenção em conteúdos da Internet. E fez, além disso, esse sistema de retenção de dados pessoais, que permite hoje a persecução criminal e a identificação de quem comete ilícitos na rede.

Dito isso, quero passar para uma parte que considero importante, antes de entrar na especificidade da guarda dos conteúdos, que é a parte sobre o impacto benéfico que a Internet vem tendo em nosso País. Sabemos que estamos atravessando agora um momento de notícias muito difíceis, o País está em crise, uma crise macroeconômica como há muitos anos, há décadas, não víamos no Brasil. Só que as notícias sobre o território da Internet e da geração de riquezas na Internet, da geração de empregos a partir da Internet, são absolutamente positivas.

Saiu agora uma matéria, num dos *sites* mais lidos do mundo, o TechCrunch, lido por todos os investidores na Internet do Vale do Silício, a respeito do Brasil. O título da matéria é: *Apesar da crise brasileira, setor de internet continua em ascendência*. E a matéria traz alguns dados deste ano. Nem parece que são deste ano, mas eu vou citá-los e são, efetivamente, dados deste ano.

As empresas *startups* são pequenas empresas que estão começando agora na internet, de jovens garotos espalhados pelo Brasil inteiro que estão abrindo essas empresas de Internet. Na semana passada, inclusive, o *G1* publicou matéria sobre uma dessas empresas, em Uberlândia, que ganhou prêmio do Banco Interamericano



de Desenvolvimento por sua inovação feita no interior do Brasil. Essas empresas receberam, nos últimos 3 meses, 150 milhões de dólares em investimentos, apenas nos meses de junho, julho e agosto.

Neste momento, em que 1 dólar está valendo próximo de 4 reais, este é um setor da economia brasileira que está tendo fluxo positivo de entradas para o nosso País.

Em São Paulo, foi inaugurado há algumas semanas o chamado espaço Cubo — todas essas informações são do *site* e da publicação TechCrunch —, reunindo 250 empresas de Internet trabalhando juntas. A jornalista que escreveu a matéria chamou esse local de “*o maior centro de empresas da internet do mundo depois do Civic Hall de Nova Iorque*”. É outro exemplo de como a Internet está desenvolvendo aqui este setor da economia brasileira.

Outro dado: o comércio eletrônico no Brasil cresceu 20% nos últimos 12 meses, enquanto o PIB tem previsão de queda de mais de 2% para este ano. Por fim, tudo isso, apesar de apenas 50% da população brasileira estar conectada à Internet.

Então, os números são positivos, e a tarefa de se pensar a rede não é uma tarefa que diga respeito apenas ao combate aos ilícitos. Como eu disse, decisões que são tomadas aqui nesta CPI podem ter um efeito para esse empreendedorismo que está acontecendo de outro lado.

Se aumentarmos os requisitos de coleta de dados — especialmente neste momento em que caminhamos para chamada “Internet das coisas”, quando todos os objetos que existem vão se conectar a Internet e gerar dados por si sós —, o que vai acontecer é aumento do custo, da burocracia e da possibilidade de investimentos, o que o Brasil tem conseguido manter, apesar da crise que temos. Então, olhar apenas para o aspecto cadeia da Internet e ignorar o aspecto emprego e empreendedorismo é errado.

E o que eu gostaria de mencionar sobre o aspecto, agora entrando na questão da retenção dos dados pessoais, é que, como foi dito, o Marco Civil adotou uma prática que é uma sistemática de que os dados dos provedores de conexão são guardados por 1 ano e os dados dos provedores de acesso são guardados por 6 meses, podendo ser renovados por outros períodos, dependendo de requisição.



Essa sistemática seguiu diretamente a sistemática europeia, que adota o modelo de *data retention*, de retenção de dados.

Esse modelo de retenção de dados surgiu com o 11 de setembro, com o terrorismo, com o fato trágico e gravíssimo que marcou a história da humanidade. Então, a partir do 11 de setembro, a Europa estudou e decidiu passar a diretiva europeia de retenção de dados, que é de 2006: Diretiva 2006/24-CE. E os prazos que o Brasil adotou estão absolutamente em sintonia com os prazos da diretiva europeia.

Eu trouxe aqui alguns dados, mas antes de passar por eles eu queria já adiantar a conclusão do que eu vou mencionar agora.

Essa diretiva vigorou a partir de 2006, exigindo essa retenção de dados tal qual o Brasil faz, só que ela foi julgada inconstitucional pela Corte Europeia de Justiça em abril de 2014. A Corte Europeia de Justiça disse que esse modelo de retenção de dados não é mais viável no mundo de hoje, com relação e com respeito à proteção de outros direitos fundamentais.

Então, em abril de 2014, a Corte Europeia de Justiça tomou a seguinte decisão — e eu leio direto da decisão:

“A Corte decide que exigir a retenção de dados interfere, de forma especialmente séria, em direitos fundamentais relacionados ao respeito à vida privada e à proteção de dados pessoais. Além disso, o fato de que os dados retirados são utilizados, sem que o usuário sequer saiba que eles estão sendo utilizados e tenha sido avisado com relação a isso, agrava essa situação e tem um efeito de fazer com que os cidadãos tenham suas vidas privadas sujeitas à vigilância constante.

A declaração de validade desta diretiva terá efeito imediatamente.”

E produziu efeitos. Tanto produziu que observem a lista dos países que guardam dados tal qual o Brasil. A Áustria guarda os dados por 1 ano, já foi declarada a inconstitucionalidade na Áustria com relação a essa guarda. A Bulgária guarda dados, tal qual o Brasil, por 1 ano, e foi declarada a inconstitucionalidade da guarda de dados. Na República Tcheca, foi declarada a inconstitucionalidade da guarda de dados. A Dinamarca guarda dados por 1 ano, e a sessão para declaração da inconstitucionalidade está em curso. A Finlândia guarda dados por 1 ano, e a



sessão para declaração de condicionalidade está em curso. A Alemanha guarda dados por 1 ano, tal qual o Brasil; já foi julgada inconstitucional a guarda de dados e não há mais necessidade de guarda de dados. A Grécia guarda dados por 1 ano; a França guarda dados por 1 ano; a Espanha guarda dados por 1 ano; a Lituânia guarda dados por 6 meses; a Holanda guarda dados por 1 ano; a Romênia guarda dados por 6 meses; Portugal guarda dados por 1 ano; a Suécia guarda dados por 6 meses; a Inglaterra guarda dados por 1 ano. A Noruega não guarda dados, desde o início, nunca procedeu à guarda de dados da Internet.

Então, o momento que nós estamos vivendo aqui é um momento em que o Brasil tomou essa opção pelo Marco Civil, uma opção legítima. Mas é um momento que eu vejo pressões legislativas para que o Brasil ou queira guardar mais dados, ou queira fazer com que esse prazo seja ainda aumentado. Com isso, nós vamos estar, infelizmente, nesse caso, remando na contramão da história.

A notícia de ontem é que os Estados Unidos assinaram um Acordo de Livre Comércio com diversos países do Pacífico. Acordo esse que uma vez mais exclui o Brasil. O Brasil está se distanciando do cenário global. Um dos elementos que o Brasil vem se integrando, com absoluta maestria e sucesso ao cenário global, vem sendo o cenário da Internet, o território da Internet. O Marco Civil é um exemplo de integração do Brasil ao cenário global, em que o Brasil exerceu liderança em modelo legislativo, a ponto de receber cumprimentos, quando mencionei até, do inventor da *web*.

Então, o País está no momento agora que temos que decidir, Deputada Mariana, se vamos querer optar por cadeia ou por empregos. Com a Internet, nós queremos construir mais presídios, ou participar dessa força econômica global, que está levando o desenvolvimento para o mundo inteiro e de que muitas vezes o Brasil não participa. Eu não estou aqui desprezando o combate aos ilícitos, muito pelo contrário. O que eu estou chamando atenção é que o Brasil, há menos de 1 ano, estabeleceu um sistema robusto, mais robusto do que o europeu, para o combate de crimes. A Europa lida com o terrorismo, coisa que felizmente ainda não temos no mesmo grau que a Europa possui. Então, temos um sistema hoje já muito robusto para o combate aos crimes ilícitos na Internet. O que precisamos — e não temos — é de uma política integrada para o desenvolvimento econômico, baseada na



Internet, uma política integrada, para que geremos empregos e não que tomemos vagas nos presídios em nosso País.

Era isso. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada, Dr. Ronaldo.

Concedo a palavra ao Sr. Virgílio Almeida, da Secretaria de Políticas de Informática — SEPIN, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA - Boa tarde a todas e a todos.

Eu queria cumprimentar a Deputada Mariana, Presidente desta CPI, que é de uma relevância e importância tremenda para o País. Independente da situação momentânea, das circunstâncias econômicas, uma certeza nós temos: o futuro vai ser cada vez mais digital. Eu vou mostrar isso aqui, com alguns dados nos eslaides que serão apresentados.

Mas eu queria aproveitar as palavras do, também conterrâneo, já que eu sou de Belo Horizonte, Ronaldo Lemos para enfatizar a importância da preservação do Marco Civil, que foi uma conquista da sociedade brasileira. E o Congresso teve um papel fundamental de colocar essas peças todas, esses diferentes grupos de interesse juntos numa legislação, que é considerada, talvez, a legislação internacional mais avançada. E ela tem uma característica que nós não podemos esquecer: essa legislação, criada pelo Congresso, longamente discutida, consegue equilibrar, ao mesmo tempo, a proteção ao indivíduo, a proteção à sociedade e o combate ao ilícito. Então, é uma legislação que tem um valor temendo e tem sido copiada por vários países. Recentemente, a Itália seguiu exatamente os mesmos passos do Marco Civil.

Então, nesta hora de tantas discussões, a sociedade brasileira e certamente o Congresso terão essa visão da preservação do Marco Civil. E, de novo, o Marco Civil coloca o Brasil no contexto mais avançado internacionalmente, como o Ronaldo mencionou aqui.

Eu vou falar, na verdade, com dois chapéus. Eu sou o Secretário de Políticas de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e sou Coordenador do Comitê Gestor da Internet, que é também outro aspecto que destaca o Brasil no cenário internacional, e eu vou mostrar o porquê.



Os eslaides já estão prontos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Se o senhor quiser, pode ficar em pé.

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA - Eu vou fazer isso, porque fica mais fácil para eu falar.

(Segue-se exibição de imagens.)

O primeiro ponto que eu gostaria de mostrar nos eslaides é que todos os países procuram estabelecer uma estratégia digital, já que a economia digital cresce muito mais do que a economia tradicional.

Então, nós vemos ali a Alemanha, com toda a força de sua economia industrial, colocar a agenda digital como chave para o crescimento econômico da Alemanha.

O mesmo ocorre com a União Europeia: 21% do crescimento em produtividade do PIB da União Europeia deve-se ao setor digital.

A China recentemente anunciou um grande plano para modernização da sua indústria de manufatura. Esse plano passa justamente por ampliar a Internet, ampliar a participação dos cidadãos chineses na Internet para levar inovação.

A Índia, há menos de 1 mês, lançou a Índia Digital, como um plano de desenvolvimento econômico para tirar da pobreza mais um enorme contingente de indianos.

Até o Papa está fazendo isso. Ele lançou uma *startup* no Vaticano, para acelerar a atividade de educação do Vaticano.

Outro ponto importante desta CPI é o papel da economia da Internet na economia dos países. Nós vemos ali, nessas barras da direita, o percentual de economia da Internet no total do PIB daqueles países. Então, por exemplo: no Reino Unido, 8,3% do PIB deve-se à economia da Internet. Nos países desenvolvidos, essa média é 4,3%; nos países em desenvolvimento, essa média é 3,6%. O Brasil está indicado ali, sendo que o seu valor estimado é 2,2%. Embora esteja bem abaixo dos países em desenvolvimento, o Brasil tem um aspecto positivo, porque existe um imenso espaço para o crescimento da economia da Internet no País.



Então, por esse lado, ações como essa da CPI, que buscam a organizar essa questão do combate ao crime, são muito importantes, e ainda vou mostrar alguns dados disso.

Outro ponto que nos chama a atenção é que as mudanças na economia digital são rápidas e disruptivas; elas mudam as regras do jogo.

Por exemplo, a *Web*, mencionada pelo Ronaldo, foi criada há 20 anos. Em 20 anos ela atinge 80% da população dos países desenvolvidos, 40% do mundo e pouco mais de 30% dos países em desenvolvimento. Nós vemos o seguinte: foram suficientes 20 anos para que ela atingisse grande parte da população global.

Mas o mais impressionante é essa comparação de tecnologias diferentes. O telefone demorou 75 anos para atingir 50 milhões de consumidores. O Angry Birds, que é um joguinho, demorou 35 dias para atingir... Então, as mudanças são profundas e extremamente rápidas, o que torna difícil, inclusive, atingir esse equilíbrio entre a inovação e a regulação, que deve ser leve para não prejudicar a inovação, mas, ao mesmo tempo, adequada, para proteger a sociedade.

Outro ponto interessante é o valor das ações no mercado americano de tecnologia. Nos anos 80, muitos aqui lembram, a IBM dominava o mercado. Isso acabou completamente, e hoje há inúmeras companhias pequenas que fazem parte dessa riqueza que é o mercado de tecnologia americana.

Os próximos estágios que vamos ver no mundo inteiro e no Brasil, porque ele certamente irá chegar, é a revolução industrial apoiada na Internet das coisas, na automação completa.

Esse aqui é um carro chamado Tesla, produzido na Califórnia. Ele é todo elétrico. Ele troca dados o tempo todo com o fabricante para ajustar o desempenho do motor. No próximo eslaide vocês vão ver que não há nenhuma pessoa na produção desse carro. E ele é completamente elétrico.

Esse é o panorama global. Qual é a visão que nós temos para o Brasil? Para onde o Brasil vai nessa direção?

Em termos do Governo, nós temos trabalhado com quatro grandes blocos para pensarmos o Brasil digital.



Um é a sociedade digital. Como a sociedade utiliza esses recursos das tecnologias digitais para interação com o Governo, para a criação de valores dentro da sociedade?

Outro bloco é a competitividade. Como as tecnologias digitais podem fazer a indústria brasileira, a economia brasileira mais competitiva, já que nós temos visto o tempo todo que a economia brasileira pena com a falta de competitividade global?

Outro ponto importante é o Governo como plataforma: a possibilidade de o Governo interagir com os cidadãos, com as empresas; a colocação dos dados abertos do Governo para que se gerem negócios a partir dos dados do Governo. Esse é outro ponto em andamento.

E, finalmente, ações estruturantes, que são, na verdade, transversais àqueles outros blocos, que são segurança e defesa cibernética. E um dos temas é o tema desta CPI aqui: a segurança cibernética.

O Brasil está preparado para dar esse salto para o futuro digital?

Vamos mostrar alguns números.

Para se ter ideia da relevância desse setor, em 2013 ele representou 441 bilhões de reais — por volta de 170 bilhões de dólares, na época. Ele é o sexto ou sétimo maior mercado global. Perde para a China, para os Estados Unidos, para a Alemanha, para o Japão, basicamente.

Segundo ponto importante: ele representa por volta de 7% do PIB brasileiro.

Mas, mais importante do que isso, ele é o setor que leva a inovação a todos os outros setores da sociedade. Ele é transversal: a inovação no varejo vem através das tecnologias digitais; a inovação no setor de saúde, no atendimento médico, vem através das tecnologias digitais, dos dispositivos digitais. Então, é um setor-chave para o Brasil, gera 3 milhões de empregos e tem exportações ainda não compatíveis com o que nós gostaríamos.

Outro ponto a chamar a atenção é o fato de que a sociedade brasileira é aberta às novas tecnologias. O Brasil é o segundo ou o terceiro maior país no Facebook, no Twitter, no LinkedIn. Essa capacidade do País de rapidamente absorver essas tecnologias e fazer delas algo familiar é uma característica própria da nossa sociedade, que não é reproduzida na Europa, por exemplo.



É interessante ver que não só a sociedade, os cidadãos, mas também as empresas aderem rapidamente às tecnologias.

Vejamos os bancos. Nós temos aqui o número de transações financeiras processadas ao longo dos últimos 4 anos. Em 2014, foram 46 bilhões de transações financeiras, das quais bem mais do que a metade foi submetida ao sistema financeiro pela Internet. Daí a importância da segurança cibernética.

O mais interessante a chamar atenção é que, em menos de 2 anos, a entrada de transações financeiras via celular passou de aproximadamente zero para 12%, em 2014. Ou seja, as pessoas fazem as suas operações bancárias, as suas interações com os serviços financeiros através dos celulares, cada vez mais, e vão continuar fazendo isso, o que leva a grandes investimentos.

Os bancos, por exemplo, investiram, em 2014, em *hardware*, *software* e telecomunicações, 21,5 bilhões de reais. Isso dá uma ideia da importância econômica desse setor.

Qual é o arcabouço legal desse Brasil digital? Há uma série de legislações aprovadas pelo Congresso — que, no ano passado, renovou a Lei de Informática, por exemplo. Há, também, o CERTICS, que é o Certificado de Tecnologia Nacional, a Lei do Bem, o PADIS e uma série de instituições que formam esse arcabouço institucional do Brasil digital, como o Comitê Gestor da Internet no Brasil, o Marco Civil da Internet, o projeto da lei de proteção de dados pessoais, que esteve sob consulta pública, e o Ministério da Justiça, em breve, vai enviar a proposta ao Congresso, e alguns programas estratégicos.

Outro ponto importante nesta questão é a formação de recursos humanos qualificados.

Quando nós, em conversas, procuramos atrair para o Brasil centros de pesquisa e grandes empresas, a pergunta que foi feita a vários dos grandes empresários globais foi a seguinte: o que é importante para a sua empresa se instalar no Brasil? O primeiro ponto é: recursos humanos qualificados; o segundo ponto é: recursos humanos qualificados; e o terceiro é: recursos humanos qualificados. Então, nestes tempos em que a tecnologia é cada vez mais complexa, mas, ao mesmo tempo, completamente ubíqua em termos da sociedade, o Brasil tem que formar mais gente nos vários níveis e tem que educar a população nessa



questão das tecnologias digitais. Nós formamos por volta de 200 PhDs por ano e 1.200 mestres na área de computação e engenharia de computação.

Defesa e segurança cibernética, para fecharmos a questão desta CPI.

Uma boa notícia, por exemplo, é o *ranking* da UIT, que é a União Internacional de Telecomunicações, que fez um estudo global e coloca o Brasil, em termos de defesa, na quinta colocação. Uma das boas razões para isso é o Centro de Defesa Cibernética do Exército, criado em 2010 e implementado pela Presidente Dilma a partir de 2011, que teve um papel fundamental na Copa do Mundo e nos Jogos da Juventude. Enfim, esta é uma área na qual o Brasil tem avançado e tem tido a determinação não só da Defesa, como da Presidente.

Aí chegamos à questão da segurança. Uma coisa é a Defesa, que protege o País contra ataques externos, ataques terroristas, mas nós temos a questão interna, da segurança cibernética. Aí a situação já não é tão favorável.

Por exemplo, uma revista recente, a *Foreign Affairs* mostra o seguinte: o custo do crime cibernético no Brasil ainda não é completamente entendido, mas mostra números que preocupam. Por exemplo, um relatório mostra que o roubo de dados foi responsável por perdas da ordem de 4,1 bilhões de dólares em 2013. Outros mostram que vírus *malware* específicos para os boletos bancários levaram os bancos a um prejuízo da ordem de 3,75 bilhões de dólares, o que envolveu mais de 30 bancos e 500 mil transações, levando a quase 200 mil vítimas dos boletos bancários falsos que são implementados por esses vírus.

Outro ponto é que isso tem crescido no Brasil.

Isso aqui é a geografia dos ataques financeiros, os quais, em geral, são feitos ou através de mecanismos chamados *phishing*, ou através de *malwares*. O mecanismo de *phishing*, que é aquele de levar o cidadão a algum *site* falso, é o mais utilizado. Esse é o que tem causado maiores prejuízos no sistema financeiro.

Esse aqui é um percentual dos países onde há a presença desses ataques financeiros. O primeiro é a Rússia, o segundo é o Brasil. E o Brasil passou da sétima posição, em 2013, para a segunda posição, em 2014, o que mostra um crescimento preocupante dessa situação.

Quais são as ações que o Governo tem tomado? Eu disse no início que sou o Coordenador do Comitê Gestor — que não é Governo; é uma entidade



multissetorial, com representantes do Governo, da sociedade civil, das empresas e da academia que estabelecem as boas práticas relativas à governança da Internet.

Esse Comitê Gestor, criado há 20 anos, tem aquela composição ali. O Ministério da Ciência e Tecnologia o coordena, junto com a Casa Civil e o Ministério das Comunicações. Depois, há quatro representantes do terceiro setor, eleitos; quatro representantes do setor empresarial, eleitos; e quatro representantes, eleitos, da academia e da comunidade científica.

O CGI talvez seja uma joia que o mundo inteiro hoje reconhece como uma instituição extremamente adaptada à velocidade e à modernidade da Internet, justamente por ter essa composição multissetorial.

Ele tem várias ações: proposição de normas e procedimentos, recomendação de padrões e procedimentos técnicos operacionais.

Se nós olharmos, veremos que o CGI trabalha em geral com boas práticas, vamos dizer, *software laws* — não são legislações —, mas, uma vez que essas práticas ficam consolidadas, em geral, são encaminhadas ao Congresso, como foi o caso do Marco Civil. Ou seja, o CGI propôs, em 2009, um decálogo de uso e governança da Internet que acabou sendo uma inspiração importante para o Marco Civil.

O CGI tem o Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança, o CERT, que é o principal centro do Brasil de registro dos incidentes.

O CGI, através dessa decomposição multissetorial, há 2 dois anos, publicou uma resolução técnica para diminuir o número de *spams* no Brasil. Essa resolução define uma especificidade que é a porta por onde são feitas as conexões no dispositivo. Isso fez cair tremendamente o *spam* do Brasil.

De novo, isso mostra que a atuação multissetorial é importante.

O CGI trabalha também na busca de conscientizar as crianças e os jovens das ameaças que vêm pela Internet, em termos de ataques, de vírus.

Tem todo um conjunto de material disponível no próprio *site*.

E o MCTI busca outras ações complementares.

Uma delas é criar uma ciberinfraestrutura adequada para o Brasil treinar pesquisadores, treinar engenheiros avançados. Então, nós instalamos, nos últimos 2 anos, *data centers* para computação em nuvem em Manaus, em Recife, ligados pela



Rede Nacional de Pesquisa, que interliga todas as universidades e institutos de pesquisa. Agora, em outubro, o Ministro vai inaugurar um centro de computação tetaplópico — o nome é meio esquisito, mas significa um número muito grande de operações —, para justamente trabalharmos com algoritmos de criptografia.

Algumas outras ações importantes.

O MCTI fez, com o Ministério de Defesa, jornadas de defesa cibernética, para definir pontos de interesse, como, por exemplo, o desenvolvimento de um antivírus nacional, o desenvolvimento de um *firewall* nacional.

O MCTI trabalha com formação de recursos humanos.

Temos colaboração com a União Europeia desde 2011, 2013, 2015. Em geral, o MCTI investe de 15 a 20 milhões de euros em cada uma dessas chamadas, e vocês podem verificar ali que segurança é um aspecto constante dessas chamadas.

Recentemente, em função da visita da Presidente Dilma aos Estados Unidos, nós montamos um acordo de cooperação com a Fundação Nacional de Ciência dos Estados Unidos, para treinamento de pesquisadores lá e aqui.

Lançamos, o CGI, um edital para financiamento de projetos.

Quais são as sugestões, para finalizar?

A primeira é aumentar os investimentos em formação de recursos humanos avançados para a cibersegurança. Quer dizer, o Brasil precisa ter mais investimentos. Não dá para se pensar que formar, vamos supor, 200 doutores e haver 10 deles ligados à área de segurança é suficiente. Nós somos um país de 210 milhões de habitantes, a sétima economia do mundo, e o Brasil vai ser cada vez mais digital. Então, nós temos que ter uma estratégia permanente de formação de recursos humanos nesse setor.

Outras sugestões são: aumentar os investimentos em P&D para cibersegurança e ciberdefesa; planejar, discutir, pensar uma estrutura multissetorial para as políticas de segurança dos Ciberestados, envolvendo Governo, empresas, ONGs e academia; e ampliar as cooperações internacionais em cibersegurança.

Obrigado, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Concedo a palavra à Dra. Charlene Nagae, advogada da Associação Brasileira de Internet — ABRANET.



A SRA. CHARLENE NAGAE - Boa tarde a todos.

Primeiro, eu queria agradecer o convite da Deputada Mariana Carvalho feito à Associação.

Agradeço mais uma vez a sua presença no nosso congresso, que foi realizado 2 semanas atrás e que trouxe debates superimportantes para as questões ligadas à Internet. A Deputada esteve lá e contribuiu muito com a sua presença. Nós agradecemos mais uma vez.

Cumprimento o Prof. Ronaldo Lemos e o Prof. Virgílio. É um prazer enorme dividir a mesa com vocês.

Queria falar um pouquinho sobre a ABRANET, porque acho que a sua história se confunde até um pouquinho com a história da Internet no Brasil.

A ABRANET é uma associação sem fins lucrativos que foi criada em 1996 por empresas que praticamente são responsáveis pela existência da Internet como ela é hoje. Ela conta com mais de 300 associados, havendo, entre esses, empresas de pequeno, médio e grande porte. Então, nós brincamos lá que a Associação tem empresas do Oiapoque ao Chuí no Brasil, com as mais diversas questões que se pode imaginar num país como o nosso.

E a ABRANET vem ativamente contribuindo com as discussões legislativas, no que diz respeito à regulação na Internet. Ela participou ativamente das discussões sobre o Marco Civil da Internet e trouxe também suas contribuições ao debate aberto que houve agora, pelas plataformas públicas, sobre a regulamentação que está por vir do Marco Civil da Internet, sobre o APL de dados.

Ela tem participado e sempre defendido que qualquer legislação que verse sobre a Internet deve ser principiológica. E por que a ABRANET defende isso? Porque é muito difícil que a legislação acompanhe a rapidez com que as coisas mudam quando se fala em tecnologia. Então, se nós formos querer regular cada uma das situações específicas, o Congresso vai ficar enxugando gelo. Não há uma solução, não há meios para que consigamos abarcar todas as possíveis situações.

É por isso que é com alegria que a ABRANET viu aprovado o Marco Civil da Internet, que trouxe princípios e garantias importantes. A situação, até então, para os provedores, principalmente, era de muita insegurança, porque não se sabia se era necessário armazenar dados e por quanto tempo, em que condições as



informações deveriam ser fornecidas, quem tinha legitimidade para solicitar esses dados. E o Marco Civil veio trazer uma série de regras que proporcionam maior segurança jurídica agora para todo mundo que atua nesse mercado.

E segurança jurídica é essencial para garantir o desenvolvimento. Pequenas empresas, principalmente — aqui eu não estou nem falando das grandes empresas do setor —, precisam ter um norte ou conseguir identificar que tipo de investimento têm que fazer para a guarda de dados, por exemplo, porque a guarda de dados, como bem destacou o Prof. Ronaldo, implica custos, e custos altos. Nós temos que pensar nisso também, pensar nas pequenas empresas, que são responsáveis por impulsionar e trazer inovação tecnológica.

Então, a grande preocupação da ABRANET é ver essa legislação continuar aberta como ela é hoje. É preciso que ela traga, claro, maior certeza jurídica; que sejam regulados alguns pontos que ainda dependem de regulamentação aqui, no Marco civil. Mas é com satisfação que enxergamos a aprovação dessa legislação, que vem sendo aplaudida internacionalmente — está sendo usada de modelo na Itália. Nosso sistema jurídico é baseado no sistema romano-germânico, e agora nós estamos sendo copiados, vejam só!

Então, a opção legislativa desta Casa no ano passado merece aplausos e, certamente, é muito cedo ainda, eu acho — e aqui, uma manifestação até pessoal minha —, para que nós alteremos essa legislação que nem conseguiu ser aplicada efetivamente. O Judiciário está começando a se manifestar agora sobre o Marco Civil.

Queria expor também a disponibilidade da ABRANET de colaborar para o esclarecimento de eventuais dúvidas que surjam nesta Casa. Os questionamentos, se houver, podem ser encaminhados. A ABRANET tem um Conselho de Estudos Jurídicos.

Então, eu queria colocar a ABRANET à disposição para a discussão que venha a ser feita aqui, na CPI, e agradecer mais uma vez o convite da Deputada e de V.Exas.

Obrigada.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Somos nós que agradecemos, Charlene, a presença e a participação de todos para contribuírem no andamento da CPI.

Foi uma honra poder participar com vocês daquele evento, poder falar um pouquinho sobre o andamento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito e poder ter o reconhecimento da importância desses trabalhos.

Eu sempre costumo dizer que, quando as pessoas pensam em crimes cibernéticos, não imaginam a dimensão que têm. Até mesmo ontem — aproveitando para parabenizar o Deputado Rafael Motta — tivemos uma audiência pública na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, aonde fomos em razão do requerimento do Deputado que é Sub-Relator do tema de crianças e adolescentes ligado à questão de pedofilia. Nós recebemos a Polícia Federal, vários juízes, ONGs relacionadas à sociedade civil organizada, e é impressionante a preocupação que todos têm, porque é um mercado que, cada vez mais, vem aumentando.

E eu escutei até o Sr. Ronaldo, também, comentando sobre as preocupações que tem com as legislações. Aqui, nós fazemos as audiências justamente para promover esses debates, porque sabemos que a Internet é tão rápida que, quando estamos pensando em alguma coisa, já veio um novo método.

Nós tivemos a oportunidade de visitar o CGI na sexta feira e ficamos impressionados com a velocidade. Parece que estamos em outro lugar, em outro ambiente, e isso mostra como está sendo, e, cada vez mais, surpreendem-nos esses avanços da tecnologia ligada à Internet.

Esses debates são necessários, são essenciais, para que, no final desta CPI, nós possamos ter relatórios que sejam, realmente, o que a sociedade brasileira espera de um resultado de CPI. Para isso, são importantes também as oitivas que vimos fazendo, a preocupação com as exposições e até mesmo a preocupação com a questão de dados. Estamos tendo, hoje, outros debates aqui, e nos preocupamos, às vezes, achando que o assunto pode ser partidarizado, e aqui nós temos tentado fazer de uma forma bem neutra a CPI, independentemente de partidos políticos, atendendo até...

Eu tive oportunidade de estar no CERT e até fiz um comentário — sendo eu de um partido de oposição, eu acho que aqui não é esse o debate que vem. O



Marco Civil veio e — essa foi até uma discussão no próprio evento da ABRANET — não foi ainda colocado na prática como deveria ter sido. Exemplo disso são as delegacias especializadas, que, hoje, existem apenas em 15 capitais. Então, nós ainda não conseguimos fazer com que isso seja cumprido.

Eu queria ser otimista e dizer que espero que isso seja cumprido e que nós tenhamos capacidade para isso, mas, infelizmente, vemos que o tempo passa, e cada vez mais fica difícil, distante, e a legislação vai ficando atrasada para tantas atualizações.

Quero agradecer a presença e a participação de todos vocês.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Motta, Sub-Relator da área de crianças e adolescentes desta CPI.

O SR. DEPUTADO RAFAEL MOTTA - Obrigado, Deputada Mariana, pela participação de ontem na audiência que foi deslocada para Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

O Deputado Leo de Brito se dispôs a ir, mas não pôde, por um contratempo familiar, o que foi compreensível — justificou sua ausência —, mas nem por isso nossa audiência perdeu o brilhantismo que deveria ter.

Muito se questionou acerca do porquê de essa audiência ir para o Estado do Rio Grande do Norte, para Natal. Pouco se sabe, mas o Estado do Rio Grande do Norte é um *hub*, digamos, assim, de geração e distribuição desse tipo de material.

Infelizmente, no Norte e no Nordeste brasileiros, talvez pelos baixos índices de desenvolvimento humano e pela vulnerabilidade social que essas crianças e famílias passam, esse tipo de criminalidade, a geração desse tipo de mídia e a sua distribuição são muito abundantes. Inclusive, a maioria das operações que a Polícia Federal tem feito, desarticulando redes de pedofilia no Brasil, atinge redes que têm os seus braços no Rio Grande do Norte, algumas no Estado de V.Exa., em Rondônia, no Acre etc.

Foi muito gratificante ter feito essa audiência na Assembleia Legislativa, com a presença de diversos Deputados Estaduais, diversos Vereadores da cidade de Natal. A Mesa era composta por membros da Polícia Federal, que expuseram o seu posicionamento muito claro em relação ao combate que tem sido feito, efetivamente, a esse tipo de criminalidade.



Sabemos da dificuldade que há, realmente, em relação à infraestrutura de pessoal. Infelizmente, também, muito dessas Polícias Cíveis estaduais, infelizmente, não têm núcleo especializados. Inclusive, foi fechado, em 2013, o único núcleo que o Estado do Rio Grande do Norte tinha, que era o NICAT, especializado em crimes de alta tecnologia. Infelizmente, foi encerrado esse tipo de programa.

Nós questionamos isso. Infelizmente, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte não esteve presente para justificar esse fechamento, mas o Deputado Fábio Faria, por ter seu pai como Governador do Estado, disse que o Governo estaria, prioritariamente, combatendo esse tipo de crimes — inclusive, agradeço a presença do Deputado Fábio Faria na nossa CPI, também.

Mas o que mais me tocou, realmente, foi o posicionamento do Juiz Federal Dr. Mário Jambo que disse: *“Olhe, não adianta nós criminalizarmos esse tipo de agente, não é? A pedofilia não é um crime. O traço pedófilo que a pessoa tem é uma doença”*. Inclusive, tem um CID — a Deputada Mariana, que é médica, sabe qual é o CID. O problema é quando esse tipo de manifestação, esse tipo de traço psicológico se consuma no fato, realmente, da pedofilia, do ato de se praticar a pedofilia.

Então, questionamos algumas intenções daquela CPI. O que poderíamos fazer, realmente, enquanto CPI, seria discutir, por exemplo, a castração química, já debatida em diversas outras nações que têm uma evolução maior neste tipo de debate. Nós não podemos mais aceitar que o Brasil seja predominantemente um país emissor e gerador desse tipo de crime.

O Dr. Ronaldo, que é autoridade neste assunto, deve saber que, infelizmente, o consumo dessas imagens, quando têm algum tipo de valor material, comercial, existe também em outros países. Então, fica difícil, realmente, os acordos bilaterais entre países, principalmente no que diz respeito à questão legal, à penalidade aplicada nesses países, porque, se alguém gera esse material, é para consumo de alguém. E o Dr. Mário Jambo foi muito enfático nesse sentido. O Dr. Mário Jambo costuma dar suas sentenças determinando, por exemplo, que o réu se forme. É um pensamento muito progressista no nosso País.

O Juiz relatou diversos casos que são de se abismar, realmente, como, por exemplo, os constantes de alguns autos sobre os quais ele estava debruçado e nos quais estava trabalhando. Não abriu muito o debate, por ter que manter em sigilo,



mas citou algumas trocas de *e-mail*, Deputado Giacobbo, que tratavam sobre muitos pais que estavam esperando os filhos nascerem pra começar os atos de pedofilia, o abuso sexual dessas crianças.

É inimaginável, em tempos em que o ser humano cada vez mais interage socialmente com outros seres humanos, esse tipo de pensamento, ou então abusos, como os pais segurando a própria criança para outras pessoas cometem abusos sexuais.

Enquanto nós vivemos num país em que exista esse tipo de criminalidade e nós não protegemos as nossas crianças, os nosso adolescentes, o nosso futuro não vai estar garantido.

Por isso, esta CPI é de fundamental importância para o futuro do nosso País. A Deputada Mariana Carvalho, como Presidente, e nós, como membros, eu diria que temos que, realmente esquecer a questão político-partidária, a questão de cor partidária, de bandeira partidária, mas pensar única e exclusivamente no futuro do nosso País.

Aproveito para saudar a todos, especialmente a Charlene, da ABRANET, e o Dr. Virgílio, com quem nós estivemos lá no CGI, no Comitê Gestor da Internet, em São Paulo, junto com a Deputada Mariana Carvalho. Inclusive, eu fico muito satisfeito em saber que o Brasil consegue ter uma organização com aquela, de Primeiro Mundo. A gente entra naquele ambiente, nem imagina que está no Brasil, não é? E nós fomos muito bem recebidos pelo Sr. Demi, que foi a pessoa que capitaneou a Internet do nosso País. Saber que o domínio .br é um dos que menos... é um dos que menos, não, que não existe, realmente material de pedofilia nesse tipo de domínio é algo que nos engrandece, que nos deixa seguros, Dr. Delegado, saber que o nosso País está, de certa forma, preparado, basta um pouco de incentivo e de um pensamento mais abrangente nessa temática.

Então, mais uma vez, quero parabenizar esta CPI. Os nossos queridos servidores também estiveram lá e deram um brilhantismo à nossa CPI, no Estado do Rio Grande do Norte. Que ela possa abranger também outros Estados, o Pará, que a gente possa levar para o Pará, em que também existe uma vulnerabilidade muito grande nessa temática; para o Maranhão, enfim, todos os Estados do Brasil, para a



gente poder, realmente, dar uma resposta e os desdobramentos que esta CPI exige e que a sociedade exige de nós como Parlamentares.

Muito obrigado, Deputada Mariana.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Nós é que agradecemos a oportunidade de poder estar lá, na cidade de Natal, debatendo esse tema tão importante. E, realmente, uma coisa que chamou atenção é que, quando a gente leva a CPI — eu participei de outra CPI aqui, nesta casa —, normalmente vão só os Deputados que, realmente, fazem parte da CPI. E o prestígio, tanto de vários Vereadores do Estado inteiro que estiveram lá, vários prefeitos, vários... Quase a Assembleia Legislativa toda esteve presente na audiência. Então, isso mostra a preocupação mesmo. E eu acho que o Deputado Rafael foi muito feliz de poder escolher. Eu também sou da Região Norte. Deputados da Região Nordeste... o Deputado Delegado Éder, também, que já levou a outra CPI. A gente vê que essa questão da Região Norte-Nordeste nos preocupa muito.

Então a gente precisa ter essa visão para ajudar e melhorar. E os nossos riscos cada vez aumentam. A questão... a um tempo atrás, a gente teve uma operação realizada no Estado de Roraima, Estado vizinho do meu, e a gente vê que, realmente, vem aumentando as nossas preocupações e as nossas lutas.

Então, mais uma vez, parabéns Deputado Rafael, pela iniciativa e obrigada pela oportunidade de poder levar a CPI, que eu tenho certeza de que a nossa audiência contribuirá muito para o final de nossos relatórios aqui, nesta Comissão.

Eu concedo a palavra ao Deputado Odelmo Leão, também autor deste requerimento.

O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO - Sra. Presidente, Doutora Charlene, Professor Doutor Virgílio, Professor Doutor Ronaldo, Sra. Presidente, eu sou muito objetivo. Queria cumprimentar os três conferencistas, e, na minha análise, todos foram convergentes, não houve uma divergência, inclusive, sobre o Marco Civil, porque aqui ficou uma recomendação clara a esta CPI: que ele não deve ser trocado, e, sim, implementado.

Agora, eu ousar fazer uma pergunta. A tendência mundial é de que a reserva de guarda de 1 ano e 6 seis meses é inconstitucional. Eu pergunto ao Prof. Dr. Ronaldo: o que deveríamos fazer se realmente isso cair? ´



É a minha pergunta. E eu agradeço imensamente ao senhor por ter aceito esse convite, e fico muito feliz de ter a sua presença aqui, na nossa CPI. E dou os parabéns aos três conferencistas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada, Deputado Odelmo Leão.

Só fazendo uma referência a uma fala, também, do Deputado Rafael Motta, foi colocada lá a questão da pedofilia, e ele falou da questão da CID. É a CID 65.4, que é transtornos múltiplos de preferência, então, caracterizado por essa doença. E a gente precisa fazer com que haja mais políticas públicas, principalmente ligadas à saúde, para a gente combater essas doenças que, cada vez mais, saíram da vida real.

A gente, até conversando, ontem, quando teve a CPI da Pedofilia, o Senador Magno Malta conseguiu ir para a rua e pegar e, realmente, fazer o flagrante ali, das questões. A gente, já na internet, não tem essa facilidade de conseguir fazer ali os flagrantes e poder mostrar casos, até como o Deputado Rafael disse, da própria família estar ali, influenciando e levando... usando os filhos no caso de pedofilia.

Eu concedo a palavra ao Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO - Por favor, estou sendo convocado à Comissão de Justiça, eu pediria licença, e quero saber se fico autorizado a ir lá fazer uma votação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Sim, sem problemas, Deputado.

O SR. DEPUTADO ODELMO LEÃO - Desculpem-me.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sra. Presidente Mariana, este é um preço que nós pagamos: ter que participar de várias Comissões ao mesmo tempo. Às vezes temos que estar em uma, saímos para outra e depois retornamos.

Eu quero iniciar agradecendo a presença ao Prof. Virgílio, ao Prof. Ronaldo, à Profa. Charlene. É de suma importância a presença de vocês, as palestras que são dadas daqui sobre todos os temas. Nós temos projetos em que também foram



exigidas as questões das audiências públicas, e nós achamos que é importante, até porque nós vamos poder avaliar, analisar, chegar a resultados melhores.

Nós sabemos que já foram discutidos diversos temas aqui, e esse é um dos mais importantes, com certeza, na configuração do País. A questão dos crimes cibernéticos avança cada vez mais, já que vai desde o estelionato e finaliza na pedofilia e em crimes até mais graves, que, muitas das vezes, as autoridades não conseguem alcançar, até mesmo pela velocidade que eles têm.

Foi discutida aqui a questão da qualificação de policiais, que é pequena dentro do País ainda, para poder abraçar o contingente de crimes que acontece nesse ramo. Há pouco quantitativo e pouca qualidade. Nós sabemos que quem milita no crime cibernético passa 24 horas tramando, aperfeiçoando-se, avançando, tem uma velocidade astronômica.

Muita das vezes, o próprio Estado só age quando provocado, e, quando provocado, muitas vezes, encontra dificuldade, Presidente Mariana, de chegar ao criminoso, porque determinados pontos tornam isso difícil. Exemplo disso é o caso que já foi discutido aqui de requerimento da própria autoridade policial junto a operadoras para que se possam alcançar, às vezes, dados cadastrais, e ela não consegue exatamente pela cultura de algumas operadoras de que precisaria de ordem judicial, quando isso não é necessário, dependendo do assunto, do conteúdo que se vai pedir.

Como foi tratado aqui tanto pelo Dr. Virgílio, como pelo Dr. Ronaldo a questão de investimentos na área de segurança, eu queria deixar uma pergunta objetiva e prática: em que setores e de que forma poderiam ser feitos investimentos para que nós tivéssemos maior velocidade do Estado junto às operadoras, junto a todos aqueles que mexem com a questão do cibernético, para que as autoridades, para que o Estado possa chegar mais rapidamente aos crimes e, muitas das vezes, fazer com que os crimes sejam evitados. Essa é uma pergunta objetiva que eu acho que é muito importante para a questão da apuração da CPI. Obrigado.

Sra. Presidente, eu queria lamentar a minha ausência em Natal. Tenha certeza de que a minha vontade de ir era muito grande, só que nós estamos preparando um evento no Estado do Pará com a questão do Círio de Nazaré, que



está chegando. Nós estamos levando alguns convidados, inclusive Deputado, e V.Exa. está convidada a participar dessa festa. Eu não pude ir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada.

Concedo a palavra ao Deputado Celso Jacob.

O SR. DEPUTADO CELSO JACOB - Sra. Presidente Deputada Mariana, demais membros, parablenho-os por mais esta audiência. A audiência de Natal foi um sucesso, eu soube. Eu não pude estar presente. Até tentei ir, mas, por motivos particulares, não pude. Parablenho-os hoje por esta audiência muito bem focada, com três participantes que puderam construir uma ideia bem elaborada: o Dr. Ronaldo, que é lá do meu Estado, é da UERJ, universidade pela qual temos tanto apreço, o Dr. Virgílio, que é do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Dra. Charlene, que é da ABRANET. — história da ABRANET se confunde com a Internet, ela tem tudo a ver. É interessante poder ver três lados aqui.

Quanto à questão da legislação, é preciso fazer alguma coisa a mais na legislação, aperfeioá-la, algo para incrementar-la, ou é preciso treinar mais as pessoas, os novos profissionais? Os que estão no mercado precisam se adaptar, e os novos precisam receber informação? Em que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação vai poder nos ajudar?

Eu vejo que a grande confusão que se comete na Internet é não saber sobre as ferramentas. De repente houve uma evolução. Todo mundo teve acesso a uma Internet de qualidade muito rápido, e as pessoas não sabem lidar com esse tipo de velocidade de informação e aí se perdem. Elas caem também no sistema. Elas podem ser envolvidas em crimes em função também de não conhecerem as ferramentas. Elas mesmas podem acessar mal, podem passar informações, podem ser enganadas facilmente por não deter a tecnologia. Acho que esse é um grande desafio e envolve muita coisa, porque isso, de repente... Hoje, todo mundo tem celular com Internet, todo mundo acessa Facebook, Twitter, todo tipo de ferramenta, e não recebeu informações. A pessoa está ali e fica descobrindo ao vivo e em cores. Eu acho que esse é um grande gargalo e uma grande dificuldade. Você tem acesso a um celular com Internet, parcelado — é muito fácil de ter, todo mundo tem —, e ninguém foi treinado para isso. Quer dizer, nem nas escolas de informática se explica muito Facebook, Twitter e outras coisas mais.



Então, de repente, isso explodiu e está aí na mão dos profissionais como gerir. Além do crime propriamente dito, da intenção de fazer, de lesar, existem usuários que estão repetindo coisas erradas. Eu pego uma informação, de repente, distorcida e passo, com a minha credibilidade, para outros amigos, que vão abrir e entender que aquilo ali é uma verdade, porque eu tenho credibilidade junto aos meus amigos. Eu repito o que você me passou. Você me passou uma coisa totalmente distorcida, não lhe conheço, mas veio para mim, eu já entendo que isso aqui é uma grande verdade e repasso. Ao repassar, o meu mundo de relacionamento, com a minha credibilidade, repassa isso com força. E ao repassar para o meu mundo, outros amigos meus vão repassando para outros. É uma bola de neve. E é isso o que eu vejo como um grande desafio.

Quando eu vejo alguém reproduzindo uma coisa, eu logo pergunto: quem te mandou isso? Você conhece a origem? Já checkou? Não, as pessoas não checkam e reproduzem. Então, de repente, eu estou cometendo um crime também por reproduzir coisas, por não conhecer, porque isso está na moda. Eu recebo dela, eu conheço a Dra. Charlene, e passo para outro. Só que ela não teve o cuidado de...

Além do crime (*ininteligível*), lógico que tem o crime das pessoas intencionadas, mas tem o pessoal que repete. Eu recebi agora de um Deputada uma acusação que eu conheço bem e sei que não é, e as pessoas a estão reproduzindo na minha cidade. Eu falei: não tem nada disso.

Então, esse é o perigo que eu vejo e é a pergunta que eu deixo no ar para vocês poderem nos ajudar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada, Deputado Celso.

Com a palavra o Deputado Silas Freire.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Quero cumprimentar a Deputada Mariana e todos os que participam hoje desta audiência pública e dizer o seguinte: preocupa-nos este debate. Eu acho importante a preocupação de muitos palestrantes que passaram por aqui em não se mexer no marco civil. Por outro lado, há palestrantes que por aqui passaram com a preocupação de não se criminalizar os erros e ataques sofridos por pessoas e instituições na Internet.



É preciso ter cuidado! Ainda há pouco o caro Deputado do Rio Grande do Norte disse que lá na audiência tão bem-sucedida realizada por V.Exas. o juiz disse que não se pode criminalizar a pedofilia. Ficamos com medo porque, mais tarde, vão descriminalizar a pedofilia igual estão querendo descriminalizar a maconha. Aí você pode plantar um tanto de maconha e pode também possuir tantas crianças de tantos meses. Então, temos que fazer um debate mais equilibrado, para não abrimos as portas para o que já acontece e o que pode acontecer em nosso País.

Ouvi também um dos nossos convidados perguntando se nós vamos abrir cadeias ou postos de emprego. Nós vamos abrir os dois, porque a Internet tem que ter regras. E esta Casa é que formula as regras. E se a implicação das regras for a condenação à cadeia, vai para a cadeia. Esta Casa é quem faz as leis. Quem vem a esta Casa vem dar as suas opiniões, as suas visões, mas somos nós, revestidos do poder popular, que formulamos as leis.

Dito isto, Sra. Presidente, nós temos alguma preocupação, até passada pela nossa própria assessoria — e aí eu faculto a resposta aos senhores convidados —, com os chamados *data centers*. Os *data centers* têm um conjunto de computadores onde as informações são efetivamente armazenadas e podem ser acessadas remotamente de qualquer lugar do planeta. Mas nós temos um problema: muitas das nossas empresas estão optando cada vez mais por empresas terceirizadas. E esses *data centers* ficam fora do Brasil, em outros lugares, o que nos traz mais dificuldades ainda de obter a informação.

Pergunto, e faculto a resposta: até que ponto a retirada da obrigatoriedade da instalação de *data centers* e provedores de Internet do marco civil da Internet foi prejudicial ao Brasil? Esta seria uma das nossas interrogações.

A outra é que a aplicação do marco civil na Internet implicou, claro, senhoras e senhores, no Poder Judiciário, novas demandas da sociedade na utilização de recursos tecnológicos disponíveis na Internet, nas relações virtuais, mas, principalmente, no tocante à liberdade de expressão.

Eu inclusive pergunto a V.Exa. quando serão apreciados os requerimentos desta CPI, porque eu tenho alguns requerimentos a serem apreciados, inclusive colocando em pauta aqui o *web* jornalismo, que também é crime cibernético.



Hoje se instala *blogs* e portais em todo Brasil para serem instrumento de chantagem ou de ataques. O cara abre lá um *blog*. Lá no Estado do Piauí tem dois chantagistas com *blogs* famosíssimos. E não se toma providência. A Justiça não consegue pegá-los. São empresas. Fecham uma hoje, abrem amanhã.

Nesta CPI, estou sugerindo em um dos meus requerimentos a V.Exa. inclusive a criação de uma sub-relatoria de investigação do *web* jornalismo, porque apurar crime cibernético sem apurar o abuso do *web* jornalismo, a gente tem de abrir aspas sobre isso.

Aí eu pergunto aos convidados: com a implantação do marco civil da Internet a liberdade de expressão na Internet está sendo mantida? Esta é a pergunta. Há possibilidade de termos censuras? Acho que está muito aberto, mas tem gente que tem medo de censura. Nós já vimos nesta CPI mesmo o debate de que a identificação das pessoas pode ser uma censura. Eu não acho. O anonimato é um risco muito grande.

Qual a tendência mundial a respeito da liberdade de expressão e do desenvolvimento da mídia? Há aqui outra preocupação que eu elenquei. É cada vez mais comum nas propagandas de televisão vermos crianças expostas, é propaganda de sabonete, do talco, e não se sabe o quanto aquelas imagens serão usadas por pedófilos do mundo inteiro. Esses comerciais vão se tornar na grande rede verdadeiros chamativos para esses psicopatas, para esses pedófilos. E aí eu queria também um pensamento dos expositores aqui.

No mais, quero agradecer a todos a presença.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado, sobre os requerimentos a que V.Exa. deu entrada, como isso ocorreu ontem, nós chegamos hoje da audiência e não os colocamos na pauta. Mas depois, avaliaremos e passaremos a V.Exa. a data em que eles serão apreciados.

O Dr. Ronaldo Lemos tem outra audiência, então vou passar a palavra a ele.

Só queria aproveitar e complementar duas perguntas de dois Deputados, Delegado Éder e Celso Jacob. Estarmos quase na semana em que se comemora o Dia das Crianças, e queria que falassem um pouco sobre esse tema. Vocês acreditam que as nossas crianças estão protegidas com as leis que temos hoje em



relação a casos de pedofilia, ou teria que haver modificações? Nesse caso, quais seriam? Que sugestões vocês poderiam dar a esta CPI?

Em relação também ao comentário do Dr. Virgílio sobre o número de 192 mil vítimas do sistema bancário, vocês acreditam que os bancos têm uma segurança adequada? Ou, o que poderia ser feito? Qual seria o motivo para haver tantas vítimas aqui no País? Será que é pela falta de educação, pela falta de uso? De que forma vocês acreditam que o marco civil contempla isso? Precisaria haver alguma modificação?

São estas as minhas perguntas.

Concedo a palavra ao Dr. Ronaldo Lemos a quem, desde já, agradeço a participação, já que terá que sair para participar de outro evento aqui ao lado.

O SR. RONALDO LEMOS - Sra. Presidente, primeiramente, gostaria de agradecer o convite mais uma vez.

Vou pedir licença, porque terei que estar na Comissão de Ciência e Tecnologia, no Plenário 14. Serei o último a falar, mas já recebi uma mensagem dizendo que isso deve acontecer em breve, dentro de 4, 5 minutos.

Sra. Presidente, eu queria começar convidando a senhora para um evento que vai ser organizado no Fórum de Governança da Internet, o IGF. Nesse Fórum, nós vamos organizar, junto com o meu instituto, que é o Instituto de Tecnologia e Sociedade, o CGI e o Parlamento italiano, um evento. Inclusive virá um conjunto de Deputados da Itália da participar.

Eu estive há pouco tempo na Itália, fui recebido inclusive pela Presidente do Parlamento italiano, a Deputada Laura Boldrini, que foi muito gentil. Ela estava interessada em saber sobre a experiência do marco civil. E, como dito aqui, a Itália está criando o seu marco civil inspirado no marco civil brasileiro. Então, a Presidente do Parlamento italiano estará possivelmente presente também no evento. E eu gostaria de convidar a senhora não só para estar conosco, mas para compor uma das mesas dessa rodada com o Parlamento italiano.

Acho que a senhora vai ter a oportunidade de encontrar o Stefano Rodotà, Senador vitalício da Itália, foi Presidente da Autoridade para a Proteção dos Dados Pessoais na Itália e é um jurista eminente hoje em todo o mundo. Ele também estará presente.



Então, fica feito o convite. Espero que a senhora possa aceitar.

Feitas estas considerações, serei bastante rápido. Eu acho que a questão aqui é de equilíbrio, efetivamente. Eu acho que hoje a gente precisa não jogar o bebê junto com a água do banho. O que eu quero dizer com isso? Crimes a gente enfrenta não só no Brasil, mas no mundo inteiro. A questão do terrorismo, por exemplo, foi um desafio para os países envolvidos, na Europa e nos Estados Unidos. E, mesmo com essa questão dura, houve um esforço de preservação do equilíbrio, como acontece, por exemplo, agora, na Europa.

No Brasil, infelizmente, enfrentamos crimes horrorosos, como a questão da pedofilia. Temos também a questão dos sequestros. O número de homicídios no Brasil infelizmente é uma vergonha. Há mais de 50 mil homicídios por ano, o número absoluto mais elevado do planeta.

Então, a questão é: apesar desses crimes, nós não podemos, por exemplo, suspender garantias fundamentais no combate a esses crimes. Não podemos, por exemplo, suspender e autorizar a invasão de domicílio sem ordem judicial, não podemos suspender o direito de ir e vir. Se fizermos isso, o crime venceu, o crime prevaleceu, o crime conseguiu o que queria.

Na questão da Internet, a gente está caminhando cada vez mais para uma vida digital. Então, uma invasão no celular de uma pessoa hoje é mais reveladora do ponto de vista de dados pessoais do que uma invasão no domicílio dela. A pessoa que entra no celular de outra pessoa hoje tem acesso a conteúdos muito mais íntimos, muito mais delicados, muito mais constrangedores, às vezes, do que se ela invadir e vasculhar a residência dessa pessoa.

Por causa disso, a Suprema Corte dos Estados Unidos tomou uma decisão há cerca de 6 meses em que disse que o domicílio se equipara, por exemplo, ao celular e que, para que a autoridade policial tenha acesso ao conteúdo de um celular ou faça uma revista no celular de uma pessoa, é necessária uma ordem judicial prévia.

Então, é uma decisão belíssima da Suprema Corte dos Estados Unidos que traz justamente essa preocupação, porque na vida de hoje a gente vai viver cada vez uma vida mais digital, uma vida onde cada um dos nossos passos — a posição geográfica, o lugar por onde andei na cidade, as pessoas com quem eu me



encontrei, os números que eu disquei, os *e-mails* que eu enviei, as mensagens que eu mandei no mensageiro eletrônico — vai gerando uma espécie de biografia involuntária das pessoas. E a pessoa que tiver acesso a esses dados tem ali um espelho da vida das pessoas.

Então, gostaria de finalizar, pedindo mais uma vez licença, dizendo que não podemos jogar o bebê junto com a água do banho. Temos que combater a pedofilia, assim como temos que combater o número elevadíssimo de homicídios que acontece aqui no Brasil, mas sem suspender garantias fundamentais, porque, se as suspendermos, será a vitória do terrorismo, a vitória da criminalidade.

Com isso, encerro a minha participação e agradeço mais uma vez.

Obrigado, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Nós é que agradecemos pela dedicação do seu tempo, pela oportunidade de estar aqui nesta tarde nesta CPI, Dr. Ronaldo. Se tiver alguma sugestão e quiser mandá-la por *e-mail*, a CPI agradece.

O SR. RONALDO LEMOS - Está ótimo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Muito obrigada.

O SR. RONALDO LEMOS - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Concedo a palavra ao Dr. Virgílio Almeida.

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA - Bem Deputada, como eu falei no início, eu acho que esta CPI tem um papel importantíssimo, porque nós estamos trabalhando o País na construção do futuro digital. E essa é uma construção que não dá para ser comparada com a de outros países, porque eles também estão fazendo isso. Então, a dificuldade de se construir esse ambiente digital do País como um todo é uma dificuldade inerente a todos os países que estão neste setor, porque não há experiências prévias, em que um conjunto de tecnologias permita... No caso, por exemplo, do Facebook, outro dia havia 1 bilhão e 200 milhões de pessoas conectadas ao mesmo tempo nos quatro cantos do mundo.

Então, nós estamos tratando de algo novo, algo que tem que ser construído. E o Brasil tem conseguido isso. O papel da Câmara e do Senado, o papel do Congresso Nacional foi fundamental para a construção de leis que preservam esse



equilíbrio entre a proteção da sociedade, a proteção do indivíduo, mas ao mesmo tempo sem engessar a inovação, sem engessar questão econômica.

Há uma série de perguntas muito oportunas feitas pelos Deputados aqui. Eu vou comentar algumas delas. O Deputado delegado do Pará — ouvi o senhor falando aqui do Círio de Nazaré — fez uma pergunta fundamental. O que fazer para a polícia estar mais preparada para enfrentar, vamos dizer, a bandidagem cibernética?

Em termos práticos, o que se percebe é o seguinte. Cada vez mais que a economia se move para Internet, ou seja, que o dinheiro se move para a Internet, naturalmente — o senhor conhece isso muito melhor do que eu —, essas questões atraem o crime. Então, nós temos que trabalhar na preparação da polícia.

Eu acho que essa pergunta está ligada a outra pergunta feita por outro Deputado, que mencionou a seguinte questão. As pessoas não são preparadas para saber usar o Facebook, para saber usar o Google, e às vezes se atrapalham com todos esses recursos. Então, nós temos um ponto fundamental, uma proposição de incluir na educação básica fundamental os fundamentos desse novo mundo, dessas novas tecnologias. Os fundamentos não são exatamente aprender a usar o Facebook, a usar tecnologia e tal, mas entender esse contexto do ponto de vista social, humano e tecnológico também. É o que vários outros países têm buscado: criar isso desde a base, incluindo no ensino básico os fundamentos disso. Vemos crianças de 1 ano, 2 anos rapidamente passando o dedinho no *display*, interagindo naturalmente com a tecnologia. Mas o entendimento, ao mesmo tempo, dos perigos e também das possibilidades é o que tem que ser feito através também do ensino.

Uma coisa interessante que eu acho que responde parte das questões levantadas pelos Deputados, que foram muito importantes, é que essa questão digital, essa diferença digital, esse hiato, esse *gap* digital, não é muito caro para se resolver. Quando se fala do que nós precisaríamos, isso não exige muito recurso. Ou seja, exige uma ação fundamental na educação, mas permitir que as pessoas acessem tecnologias através dos seus celulares, através dos seus equipamentos, é algo cujo custo é pequeno. Então, o País pode fazer uma diferença grande ao possibilitar essa inclusão social digital, com o conhecimento.



No caso da polícia, eu acho que uma coisa interessante, similar, tem sido feito com a Justiça. Uma aproximação, por exemplo, do Comitê Gestor da Justiça para explicar as características da governança da internet, explicar os aspectos técnicos que estão envolvidos no Marco Civil. Eu acho que o Marco Civil tem outra dimensão importante. O Congresso Nacional fez uma lei que é uma combinação dos códigos legais com tecnologia. Isso é algo que tem sido analisado internacionalmente, mostrando que o Marco Civil conseguiu fazer isso.

Então, o Comitê Gestor tem tido seminários com a Associação Nacional dos Procuradores Federais. Nós poderíamos pensar em algo junto com a polícia, com os principais delegados, que depois seriam, eles próprios, os divulgadores, os treinadores dessa experiência. Eu acho que essa é uma coisa concreta que poderíamos propor, em termos conjuntos, como um dos resultados, uma das proposições desta CPI. Ampliar esse diálogo da institucionalidade da Internet no País.

Outro ponto é essa questão da pedofilia, por exemplo, que é crime e que tem que ser tratada dessa maneira. Um dos membros do Conselho do Comitê Gestor da Internet atua numa ONG chamada SaferNet. Essa ONG mapeia onde estão os conteúdos pedófilos. E é importante vermos que a maior parte desses conteúdos não estão localizados no Brasil, não estão em território nacional. Alguns deles podem ter sido gerados, produzidos no País, mas não estão localizados no Brasil. E o Comitê Gestor, responsável pelos domínios, pelo registro de domínios, não tem nenhum domínio no Brasil com imagens de pedofilia.

Uma das ações importante é a educação. Que dizer, processos educativos pedagógicos, e essa fundação tem feito isso através de *games* e de cartilhas.

Fica a sugestão para a Deputada: convidem o Presidente da SaferNet para mostrar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Ele já esteve aqui.

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA - Então, está ótimo. Esse assunto já está devidamente coberto aqui.

O Deputado fez uma pergunta sobre outro ponto: a questão de *data centers*. A colocação de *data centers*, na época, foi em grande parte uma resposta também



àquelas denúncias de violação das comunicações da Presidente e de autoridades brasileiras.

A minha visão é de que muitos *data centers* não estão no Brasil por uma questão econômica, custo de energia, dificuldade de comunicação. O Brasil tem que fazer uma política de atração de *data centers* para o seu território. *Data centers* são hoje componentes fundamentais dessa infraestrutura de informação. Para isso, nós precisamos, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério da Fazenda, criar ambientes atrativos para que eles sejam instalados no Brasil. Nosso País tem uma característica muito boa, porque tem uma matriz energética limpa, e isso é um fator importante para *data centers*, que consomem cada vez mais energia.

Agora, sobre essa questão da localização de dados seria um impeditivo a essa questão da Internet, essa característica importante da Internet, que é estar além dos territórios físicos. O fato de você poder acessar a informação aqui, ali, e com isso também fazer circular as ideias, as inovações, os negócios, a exportação, a importação, tudo isso depende justamente dessa arquitetura, que não pode estar baseada nas exigências de localização. Alguns países da Europa tentaram fazer essas exigências e acabaram criando condições negativas para investimentos nesse setor.

Então, eu acho que são esses os comentários, mas eu me coloco à disposição para responder depois, mais detalhadamente, com sugestões para a senhora, essas perguntas dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada, Dr. Virgílio. Solicito a V.Sa., se possível, mandar toda apresentação para os *e-mails*, para passarmos pra todos os nossos membros da CPI. Se tiver mais alguma sugestão, também poderá nos enviar através dos nossos *e-mails*.

Eu concedo a palavra à Dra. Charlene Nagae.

A SRA. CHARLENE NAGAE - Primeiro, eu queria dizer que todas as perguntas feitas são pertinentes. Eu acho que a palavra da vez agora é educação. Como usar a Internet, qual é o risco de se colocarem as informações na rede. Eu acho que estamos passando por um processo de transformação social muito grande. Eu acho que parte disso vai passar também por uma adaptação da própria



sociedade. Não dá para pensarmos que a forma como se expôs conteúdo na rede até agora vai ser a forma como serão expostos conteúdos daqui para frente. Sabemos de inúmeros investimentos que vêm sendo feitos em sistemas de controle parental, enfim, para proteger as crianças dos conteúdos indevidos na Internet. Eu acho que, para essa transformação social mesmo, vamos precisar começar a entender um pouco melhor como a Internet funciona, educar as crianças e ter uma visão de como vai ser daqui pra frente, porque tudo muda muito rápido. Não necessariamente a forma como tudo foi exposto até agora, como aconteceu até agora e como isso vai se replicar no futuro.

Com relação à parte da liberdade de expressão, se ela ficou garantida pelo Marco Civil da Internet, acredito que a necessidade de que se tenha ordem judicial para obrigar a remoção do conteúdo é, de fato, um avanço, não porque a ordem seja necessária em todas as circunstâncias, mas a verdade é que transferir para o setor privado, para as empresas de tecnologia, a tarefa de decidir o que pode ou não ficar na rede é um tanto temerário, porque avaliar se o conteúdo é ofensivo, é criminoso, ou o que quer que seja, se viola direitos de terceiros ou não, é uma tarefa outorgada ao poder público, ao Judiciário. Em última instância, havendo dúvida se aquele conteúdo deve ser removido não, quem detém competência para determinar a remoção ou considerar um conteúdo abusivo ou não é o Poder Judiciário.

Então, a situação era de muita instabilidade. Até então, na jurisprudência tínhamos decisões para os mais variados gostos. O provedor precisava monitorar e impedir a divulgação de qualquer conteúdo ofensivo, ordens genéricas, enfim.

Eu acho que o Marco Civil avançou muito com relação a esse ponto, ao estabelecer que as ordens judiciais de remoção de conteúdo precisam ser justificadas. Deve ser apontado para o provedor onde está aquele conteúdo, porque há uma dificuldade muito grande para os provedores localizarem conteúdo, porque o volume de informações que existe na rede é muito grande. Isso acontece para não acabarmos removendo aquilo que não queríamos que fosse removido.

Eu acho que foram feitos grandes avanços. A liberdade de expressão é um direito pelo qual precisamos lutar diariamente. Eu acho que não é um direito que está 100% garantido. A nossa vigilância não pode cessar. Então, eu acho que foram



feitos grandes avanços. Esperamos que sejam mantidos esses avanços, essas garantias que foram trazidas pelo Marco civil com relação à liberdade de expressão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada, Dra. Charlene.

Mais uma vez eu gostaria de agradecer à presença ao Dr. Virgílio e à Dra. Charlene. Eu quero agradecer aos Deputados também, a todos que vieram fizeram parte desta audiência. Quero dizer aos Deputados Celso e Delegado Éder, que lamentaram, que acredito que vamos ter uma audiência também no Estado do Pará. Será importante conhecermos um pouco essa realidade de cada Estado.

Aproveito para registrar que a apresentação do senhor já está no nosso portal. E mais uma vez eu gostaria de convidar a todos para assistirem às nossas reuniões da CPI presencialmente ou pela Internet e a participarem da comunidade virtual da nossa CPI. Acessem a página www.camara.leg.br, entrem no e-Democracia e cadastrem-se na comunidade da CPI. Lá existe um fórum de discussão sobre os crimes virtuais. Os internautas podem fazer perguntas e comentários, e os Deputados membros desta CPI respondem com *posts* ou também com textos e vídeos relacionados às nossas audiências. E vocês também podem assistir a todas as reuniões da CPI em tempo real, além das que já foram realizadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência, já convocando para quinta-feira...

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA - Peço a palavra, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Sim, Claro, Dr. Virgílio. Perdão.

O SR. VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA - Só queria comunicar que, no período de 10 a 13 de novembro, vai ser realizado em João Pessoa, na Paraíba, o Fórum Mundial sobre Governança na Internet, da ONU. Então, parte de João Pessoa vai ser declarada território da ONU.

Nós esperamos por volta de 2.500 participantes do mundo inteiro. Trata-se de uma conferência similar à Conferência do Clima, na qual vai ser discutido no Brasil o caminho de evolução da Internet. Como está Comissão aqui está ativa nesse setor, seria interessante que tivesse representantes na conferência.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - O Dr. Ronaldo também fez o convite. Vamos ver como está a agenda da Comissão, para ver se a CPI também pode fazer parte dessa conferência.

Quando da vinda do Thiago, da SaferNet, nós fizemos o comentário de que acharíamos interessante eles trazerem essa discussão para dentro da Câmara. Se eles estavam querendo conhecer o funcionamento do Marco civil, nada mais justo do que realizarmos a reunião aqui dentro desta Casa.

Então, agradeço a presença a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião de audiência pública ordinária para a próxima quinta feira, dia 8, às 9h30min, com a presença do Ministro Edinho Silva.

Muito obrigada a todos e boa tarde.